



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes**

PROCNIT
Processo: 30/0019002/2019
Fls: 120

Processo: 30/0019002/2019

Data:

Folhas:

Rubrica:

RECURSO VOLUNTÁRIO

AUTO DE INFRAÇÃO N° 56495

RECORRENTES: TIA CLAUDIA CRECHE E ESCOLA

INSCRIÇÃO MUNICIPAL 817619 CNPJ 39547344000150

Senhor Presidente e demais membros do Conselho de Contribuintes:

Iniciou-se o processo em epígrafe por meio do Auto de Infração n° 56495 lavrado por ter sido constatado durante a ação fiscal documentada nos autos do processo n° 030007456/2019 que o contribuinte não recolheu a importância de R\$ 6.848,61 correspondente ao ISS relativo às competências de janeiro de 2017 a dezembro de 2017.

A irregularidade constatada pelo Fiscal foi apurada analisando o livro de matrículas em cotejo com o sistema de Notas Fiscais da Secretaria de Fazenda e os extratos do PGDAS sendo resumida pelo Fiscal autuante nos quadros encontrado às fls. 6 e seguintes do processo, e o valor total a pagar foi apurado após o desconto do valor que o contribuinte já havia recolhido a título de ISS.

Em sede de impugnação, a empresa alega inobservância do devido processo legal, ampla defesa e do princípio da preservação da empresa na exclusão do Simples Nacional.

Alega também não ter ocorrido interposição de pessoas na constituição da empresa e que o a autoridade fiscal ignorou em seu cômputo os descontos e bolsas de estudo oferecidas, considerando a receita bruta auferida.

A decisão de primeira instância rejeitou os argumentos da Impugnação demonstrando os dispositivos legais infringidos pela conduta da impugnante, notadamente os que demonstram a obrigatoriedade de emissão de documentos fiscais para empresas optantes do Simples Nacional e o consequente



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

PROCNIT
Processo: 30/0019002/2019
Fls: 121

Processo: 30/0019002/2019

Data:

Folhas:

Rubrica:

desenquadramento do regime nos casos de descumprimento por parte das empresas.

Explicou ainda não ter havido prejuízo ao exercício do contraditório e da ampla defesa, pois o auto de infração atendeu a todos os requisitos impostos pela legislação pertinente.

Contra essa decisão o contribuinte apresentou Recurso Voluntário em 44/11/2020 argumentando que:

- a exclusão do regime do Simples Nacional desobedeceu o procedimento previsto na Resolução CGSN nº 140/18 obstando seu direito de defesa.
- o auto de infração foi calculado como se a recorrente já tivesse sido excluída do regime simplificado.
- a exclusão do Simples Nacional somente pode se operar após o transito em julgado do respectivo processo administrativo.
- não houve configuração de grupo econômico.

É o relatório.

Preliminarmente, observa-se que o Decreto nº 13.517/2020 suspendeu os prazos processuais no Município de Niterói de 20/03/2020 até 07/11/2020, e, considerando o prazo de 30 dias para interposição do Recurso Voluntário, há que se reconhecer sua tempestividade.

Passo a analisar a matéria devolvida para este Conselho.

Ainda que não seja objeto tratado no presente processo, como foi assunto suscitado na peça recursal, cabe fazer alguns esclarecimentos sobre a exclusão do Simples Nacional efetuada em processo próprio: a fiscalização conseguiu comprovar que entre 09/2016 e 07/2018 o contribuinte emitiu notas fiscais em



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

PROCNIT
Processo: 30/0019002/2019
Fls: 122

Processo: 30/0019002/2019

Data:

Folhas:

Rubrica:

quantidade significativamente menor que a receita auferida, descumprindo frontalmente os seguintes dispositivos da Lei Complementar nº 123 que rege o regime do Simples Nacional, do qual era aderente desde 14/05/2013:

Art. 26. As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional ficam obrigadas a:

I - emitir documento fiscal de venda ou prestação de serviço, de acordo com instruções expedidas pelo Comitê Gestor

A referida Lei Complementar segue atestando a competência da Secretaria de Fazenda de Niterói para fiscalizar o cumprimento das obrigações tributárias principais e acessórias.

Art. 33. A competência para fiscalizar o cumprimento das obrigações principais e acessórias relativas ao Simples Nacional e para verificar a ocorrência das hipóteses previstas no art. 29 desta Lei Complementar é da Secretaria da Receita Federal e das Secretarias de Fazenda ou de Finanças do Estado ou do Distrito Federal, segundo a localização do estabelecimento, e, tratando-se de prestação de serviços incluídos na competência tributária municipal, a competência será também do respectivo Município."

Dessa forma, o descumprimento da obrigação acessória representada pela emissão de notas fiscais configura infração prevista na lei que regula o regime do Simples Nacional, ocasionando a seguinte consequência extraída do aludido diploma legal:

Art. 29. A exclusão de ofício das empresas optantes pelo Simples Nacional dar-se-á quando: (...)

XI - houver descumprimento reiterado da obrigação contida no inciso I do caput do art. 26;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

PROCNIT
Processo: 30/0019002/2019
Fls: 123

Processo: 30/0019002/2019

Data:

Folhas:

Rubrica:

Vislumbrando a perfeita subsunção dos fatos ocorridos à norma proibitiva, ao Fiscal autuante restou aplicar a sanção prevista em lei lavrando a Notificação de exclusão nº 10609 discutida em processo próprio.

Os fatos apurados bem como os fundamentos que justificaram tal medida encontram-se descritos no corpo do referido documento fiscal em detalhamento mais que suficiente para sua compreensão e com a respectiva exposição das consequências jurídicas previstas, das quais também não pode se afastar o Fiscal autuante.

A peça recursal ataca os fundamentos da Notificação de Exclusão nº 10604 referente à não emissão de notas fiscais e da Notificação de Exclusão nº 10605 referente à constituição de empresa por interpostas pessoas, sugerindo que o contribuinte deveria ter sido cientificado dos motivos que levaram à lavratura dos documentos com abertura de possibilidade para eventual adequação, em pleito sem qualquer fundamento legal que não merece prosperar.

Notificado o contribuinte da exclusão de ofício do Simples Nacional, iniciou-se prazo para sua defesa, efetuada no âmbito do processo administrativo tributário perante a Secretaria Municipal de Fazenda, de acordo com a LC 123/06:

Art. 39. O contencioso administrativo relativo ao Simples Nacional será de competência do órgão julgador integrante da estrutura administrativa do ente federativo que efetuar o lançamento, o indeferimento da opção ou a exclusão de ofício, observados os dispositivos legais atinentes aos processos administrativos fiscais desse ente.

Diversamente do que propõe a recorrente, o ato declaratório de exclusão do Simples Nacional não se revestiu de definitividade quando de sua emissão, tendo lhe sido outorgada a possibilidade de, apoiado nos princípios do contraditório e ampla defesa que governam o Processo Administrativo Tributário em Niterói, exercer plenamente sua irrisignação e até mesmo desconstituir seus efeitos, no caso de um julgamento favorável.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

PROC/NIT
Processo: 30/0019002/2019
Fls: 124

Processo: 30/0019002/2019

Data:

Folhas:

Rubrica:

Não merecem, portanto, prosperar as argumentações preliminares de ofensa ao contraditório de ampla defesa neste processo de exclusão do regime simplificado.

A retroatividade dos efeitos da exclusão do regime simplificado decorre diretamente da aplicação da legislação pertinente aos casos de exclusão de ofício:

Art. 29. A exclusão de ofício das empresas optantes pelo Simples Nacional dar-se-á quando:

(...)

XI - houver descumprimento reiterado da obrigação contida no inciso I do caput do art. 26;

E a sequência do mesmo artigo 29 explica o marco temporal de início dos efeitos:

§ 1o Nas hipóteses previstas nos incisos II a XII do caput deste artigo, a exclusão produzirá efeitos a partir do próprio mês em que incorridas, impedindo a opção pelo regime diferenciado e favorecido desta Lei Complementar pelos próximos 3 (três) anos-calendário seguintes.

Para a hipótese ora julgada a notificação de exclusão do regime simplificado deve produzir efeitos a partir da data da infração, dada sua natureza de ato meramente declaratório e não a partir da data do ato de exclusão.

O Auto de Infração guareado foi lavrado considerando o momento de produção de efeitos do ato de exclusão previsto em lei e, dessa forma, é calculado de acordo com a realidade fática oriunda desse ato. A mesma garantia franqueada ao contribuinte de se defender no âmbito do processo iniciado pela notificação de exclusão do Simples Nacional é assegurada no trâmite do processo iniciado pelo Auto de Infração, podendo o recorrente apresentar seus argumentos e até cancelar a cobrança.

Afastados os efeitos da tributação simplificada, considerando a retroatividade legalmente prevista, à autoridade fiscal cabe apurar, de ofício, o crédito tributário devido, eis que o contribuinte excluído passa a se sujeitar às normas de tributação próprias das demais pessoas jurídicas. Não há base legal fundamentando o



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

PROCNIT
Processo: 30/0019002/2019
Fls: 125

Processo: 30/0019002/2019

Data:

Folhas:

Rubrica:

pedido de que essa apuração aguarde a decisão final no Processo Administrativo relativo à exclusão do Simples Nacional.

Esse é o entendimento do CARF como se percebe da leitura da ementa do julgamento do processo nº 11516.003738/2010-15:

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

SIMPLES FEDERAL. ADESÃO. SIMPLES NACIONAL. EXCLUSÃO. PROCESSO PRÓPRIO. DISCUSSÃO. PROCESSO DE LANÇAMENTO DO CRÉDITO. NÃO CABIMENTO.

O foro adequado para discussão acerca da possibilidade de adesão da empresa ao Simples Federal, bem como da sua exclusão do Simples Nacional, é o respectivo processo instaurado para esse fim. Descabe em sede de processo de lançamento fiscal de crédito a apreciação da matéria.

SIMPLES NACIONAL. EXCLUSÃO. OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. DECLARAÇÃO. GFIP. SOBRESTAMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO.

A partir da emissão do Ato Declaratório Executivo que excluiu a empresa do Simples Nacional, observados os efeitos ali indicados, passa a empresa a sujeitar-se às normas de tributação aplicáveis às demais pessoas jurídicas, devendo, conseqüentemente, informar na Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social a situação de "não optante".

Não há suporte para a suspensão do trâmite processual dos lançamentos fiscais, até a decisão administrativa final quanto à exclusão da empresa do Simples Nacional, na legislação que trata do Processo Administrativo Fiscal.

Afirmar que a Municipalidade só poderia autuar após o trânsito em julgado do processo contraria entendimento sumulado do CARF:

Súmula CARF nº 77



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

Processo: 30/0019002/2019
Data:
Folhas:
Rubrica:

Aprovada pela 1ª Turma da CSRF em 10/12/2012

A possibilidade de discussão administrativa do Ato Declaratório Executivo (ADE) de exclusão do Simples não impede o lançamento de ofício dos créditos tributários devidos em face da exclusão. (Vinculante, conforme Portaria MF nº 277, de 07/06/2018, DOU de 08/06/2018).

A peça recursal ignorou o mérito da autuação promovida, esquivando-se de esclarecer a divergência entre os valores registrados no Livro de Matrículas e os valores declarados para fins de apuração do imposto devido.

Pelos motivos acima expostos, opino pelo conhecimento do Recurso Voluntário e seu NÃO PROVIMENTO, mantendo o auto de infração guerreado.

Niterói, 07 de março de 23

PROC. Nº 030/0019002/2019

**EMENTA – EXCLUSÃO DO SIMPLES – RECURSO
VOLUNTÁRIO - RETROATIVIDADE DOS EFEITOS**

– A discussão administrativa da legalidade ou não da exclusão, não impede o lançamento imediato dos créditos tributários devidos – Recurso conhecido e desprovido.

Trata-se de Recurso Voluntário interposto por **TIA CLÁUDIA CRECE E ESCOLA S/S LTDA-EPP**, contra a decisão fiscalizatória que a excluiu do Simples Nacional.

Sustenta em síntese a inobservância do devido processo legal, ampla defesa e do princípio de preservação da empresa. Insurge-se também contra o fato da fiscalização entender ter ocorrido interposição de pessoas na constituição da empresa.

A representação fazendária opinou às fls. 120/126, pelo não provimento do Recurso Voluntário.

É O RELATÓRIO.

VOTO

Restou devidamente comprovado que as notas fiscais emitidas pela recorrente divergem significativamente da receita auferida, em contrariedade ao que dispõe o artigo 26 da Lei Complementar nº 123.

Essa infração, por si só já autorizava o desenquadramento do Simples Nacional. E ao contrário do que alega, essa exclusão não se reveste de definitividade, tendo lhe sido garantido o princípio da ampla defesa.

A tese preliminar de cerceio ao direito de defesa, não merece maiores comentários. O mesmo se aplica ao insurgimento da retroatividade dos efeitos da exclusão de regime.

Não há por fim insurgimento recursal quanto aos valores apurados como devidos pela fiscalização.

Nestes termos, nego provimento ao Recurso Voluntário.

É O MEU VOTO

Niterói, 14 de março de 2023.

Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho

Nº do documento: 00044/2023 **Tipo do documento:** DESPACHO
Descrição: CERTIFICADO DA DECISÃO
Autor: 2265148 - NILCEIA DE SOUZA DUARTE
Data da criação: 14/04/2023 13:36:33
Código de Autenticação: F3AB8AD1176521F4-1

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI - PMN

030 - SMF - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
CC - CONSELHO DE CONTRIBUINTES

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PROCESSO Nº 030/019022/2019 - Tia Claudia Creche Escola Ltda**

CERTIFICO, em cumprimento ao artigo 38, VIII, do Regimento Interno deste Conselho, aprovado pelo Decreto nº. 9735/05.

1.404ª SESSÃO HORA: - 10:03h

DATA: 22/03/2023

PRESIDENTE: - Carlos Mauro Naylor

CONSELHEIROS PRESENTES

1. Luiz Alberto Soares
2. Francisco da Cunha Ferreira
3. Márcio Mateus de Macedo
4. Eduardo Sobral Tavares
5. Ermano Torres Santiago
6. Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho
7. Roberto Pedreira Ferreira Curi
8. Luiz Claudio Oliveira Moreira

VOTOS VENCEDORES - Os dos Membros sob o n.ºs. (01, 02, 03, 04, 05, 06, 08)

VOTOS VENCIDOS: - Dos Membros sob o n.ºs. (07)

DIVERGENTES: - Os dos Membros sob os n.ºs. (X)

ABSTENÇÃO: - Os dos Membros sob os n.ºs (X)

VOTO DE DESEMPATE: - SIM () NÃO (X)

**RELATOR DO ACÓRDÃO: - Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho
CC, em 22 de março de 2023**

Documento assinado em 04/05/2023 08:56:45 por CARLOS MAURO NAYLOR - AUDITOR FISCAL
DA RECEITA MUNICIPAL / MAT: 2331403

Nº do documento:	00045/2023	Tipo do documento:	DESPACHO
Descrição:	ACÓRDÃO DA DECISÃO Nº 3.097/2023		
Autor:	2265148 - NILCEIA DE SOUZA DUARTE		
Data da criação:	17/04/2023 10:13:14		
Código de Autenticação:	38C7BD20A4D408E0-2		

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI - PMN

030 - SMF - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
CC - CONSELHO DE CONTRIBUINTE

ATA DA 1.404º SESSÃO ORDINÁRIA
DECISÕES PROFERIDAS

DATA: 22/03/2023

Processo nº 030/019.002/2019 - Tia Claudia Creche Escola Ltda

Recorrente: - Tia Claudia Creche Escola Ltda

Recorrido: - Secretaria Municipal de Fazenda

Relator: Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho

DECISÃO: - Por sete (07) votos contra um (01) a decisão foi pelo conhecimento e desprovemento do recurso voluntário, divergindo dessa decisão o Conselheiro Roberto Pedreira Ferreira Curi que entende que a prática reiterada descrita na lei como fundamento para a exclusão do Simples implicaria necessariamente a ocorrência de nova fiscalização constantando o cometimento da mesma infração o que não ocorreu no caso em questão.

EMENTA APROVADA

ACÓRDÃO 3.097/2023: - "EXCLUSÃO DO SIMPLES – RECURSO VOLUNTÁRIO - RETROATIVIDADE DOS EFEITOS – A discussão administrativa da legalidade ou não da exclusão, não impede o lançamento imediato dos créditos tributários devidos – Recurso conhecido e desprovido".

CC em 22 de março de 2023

Documento assinado em 04/05/2023 08:56:46 por CARLOS MAURO NAYLOR - AUDITOR FISCAL
DA RECEITA MUNICIPAL / MAT: 2331403

Nº do documento: 00046/2023 **Tipo do documento:** DESPACHO
Descrição: OFICIO DA DECISÃO
Autor: 2265148 - NILCEIA DE SOUZA DUARTE
Data da criação: 17/04/2023 12:19:27
Código de Autenticação: FC7C0B5E34A2BC91-8

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI - PMN

030 - SMF - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
CC - CONSELHO DE CONTRIBUINTES

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PROCESSO 030/019.002/2019- "TIA CLAUDIA CRECHE ESCOLA LTDA"
RECURSO VOLUNTÁRIO**

Senhora Secretária,

Por sete (07) votos contra um (01) a decisão foi pelo conhecimento e desprovimento do recurso voluntário, divergindo dessa decisão o Conselheiro Roberto Pedreira Ferreira Curi que entende que a prática reiterada descrita na lei como fundamento para a exclusão do Simples implicaria necessariamente a ocorrência de nova fiscalização constatando o cometimento da mesma infração o que não ocorreu no caso em questão.

Face ao exposto, submetemo-lo à apreciação de Vossa Senhoria, nos termos do art. 86, inciso II da Lei nº 3368/2018.

CC em 22 de março de 2023

Documento assinado em 04/05/2023 08:57:22 por CARLOS MAURO NAYLOR - AUDITOR FISCAL
DA RECEITA MUNICIPAL / MAT: 2331403

Nº do documento:	00060/2023	Tipo do documento:	DESPACHO
Descrição:	PUBLICAR ACÓRDAO 3.097/2023		
Autor:	2265148 - NILCEIA DE SOUZA DUARTE		
Data da criação:	24/05/2023 21:23:43		
Código de Autenticação:	26F3610986CA061B-8		

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI - PMN

030 - SMF - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
CC - SECRETARIA - OUTROS

À ASSIL

Senhora Subsecretária,

Face o disposto no art. 20, nº. XXX e art. 107 do Decreto nº 9.735/2005 (Regimento Interno do Conselho de Contribuintes), solicito a publicação em Diário Oficial do Acórdão abaixo:

ACÓRDÃO 3.097/2023: - "EXCLUSÃO DO SIMPLES – RECURSO VOLUNTÁRIO - RETROATIVIDADE DOS EFEITOS – A discussão administrativa da legalidade ou não da exclusão, não impede o lançamento imediato dos créditos tributários devidos – Recurso conhecido e desprovido".

CC em 24/05/2023

Documento assinado em 24/05/2023 21:54:18 por NILCEIA DE SOUZA DUARTE - OFICIAL FAZENDÁRIO / MAT: 2265148

PROCNIT

Processo: 30/0019002/2019

Fls: 137

<input type="checkbox"/> Não Existe o nº Indicado	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Paliado	<input type="checkbox"/> Ausente
<input type="checkbox"/> Mudou-se	<input type="checkbox"/> Desconhecido
Assinale com um "X" quando o destinatário não for encontrado	
<input type="checkbox"/> Recusado	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> End. Insuficiente	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Outros (Indicar)	<input type="checkbox"/>

**NÚCLEO DE PROCESSAMENTO FISCAL**

Rua da Conceição, nº 100/2º andar • Centro - Niterói
Rio de Janeiro - Brasil • CEP 24.020-082

NOME: TIA CLAUDIA CRECHE E ESCOLA S/S LTDA EPP**ENDEREÇO:** RUA PROFESSOR JOÃO BRASIL, 130 E 120**CIDADE:**NITERÓI **BAIRRO:** FONSECA **CEP:** 24.1130.082**DATA:** 30/05/2023**PROC. 030/019002/2019 - CC**

Senhor Contribuinte,

Comunicamos a Vossa Senhoria, a decisão do Conselho de Contribuintes, referente ao processo de nº 030/019002/2019, o qual foi julgado no dia 22/03/2023 e teve com decisão conhecimento e desprovemento do recurso voluntário.

Segue anexo cópias dos pareceres que fundamentaram a decisão para ciência.

Atenciosamente,

Elizabeth n. Braga
228625

DIÁRIO OFICIAL

DATA: 18/11/2023

**NITERÓI**
SEMPRE À FRENTE

Processo nº 030033812/2019 - Manutenção da Decisão do Conselho de Contribuintes.

Processo nº 030033813/2019 - Manutenção da Decisão do Conselho de Contribuintes.

**CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES DO MUNICÍPIO DE NITERÓI – CC
ATOS DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES – CC****030/016010/2021 – SALUS SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA-** "Acórdão nº 3.163/2023: - ISS. Recurso Voluntário. Auto Regulamentar. Descumprimento de intimações. Ausência de prova no sentido contrário. Ônus da prova do recorrente. Recurso Voluntário conhecido e desprovido".**030/020663/2021 – HOLLIS COLETA DE MATERIAIS LTDA-** "Acórdão nº 3.164/2023: -ISSQN. Recurso de ofício. Auto de Infração regulamentar. Valor do lançamento exonerado inferior ao limite definido para o recurso de ofício. Artigo 81, § 3º da Lei 3.368/2018 e artigo 1º A da Resolução 49/SMF/2020. Recurso não conhecido".**030/005241/2023 – PREDIAL FRANCO BRASILEIRA LTDA-** "Acórdão nº 3.166/2023: - IPTU. Recurso Voluntário. Notificação de Lançamento complementar. Revisão de elementos cadastrais. Erro de julgamento. Premissa equivocada. Nulidade da decisão de Primeira Instância. Devolução para novo julgamento. Recurso Voluntário conhecido e provido".**030/026723/2018 – S. MARTINS EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA LTDA-** "Acórdão nº 3.167/2023: - ITBI. Atividade Imobiliária Preponderante. Interpretação Literal. Recurso de Ofício conhecido e não provido em razão da extinção do crédito tributário e Recurso Voluntário conhecido e não provido dada a exceção da imunidade constitucional na transmissão de bens e direitos incorporados ao capital social de pessoa jurídica".**030/002073/2021 – HERON SZEMBERG-** "Acórdão nº 3.168/2023:- "IPTU. LANÇAMENTO COMPLEMENTAR – APLICAÇÃO DO ARTIGO 130 DO CTN. Se no ato da escritura constar a apresentação da certidão de quitação do IPTU, o adquirente só é responsável pelas dívidas futuras, cujos fatos geradores tenham ocorridos a partir da data da aquisição do imóvel. Recurso Voluntário que se dá provimento parcial, para exclusão dos créditos tributários anteriores a data da escritura."**030/011333/2022 – KARIN WINTER MARCOLINI-** "Acórdão nº 3.169/2023: - "IPTU. Recurso voluntário. Revisão de valor venal. Avaliação efetuada pela CITBI indicou valor de mercado superior ao valor venal de IPTU. Recurso conhecido e não provido."**030/016012/2021 – SALUS SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA-** "Acórdão nº 3.170/2023: "ISS. Recurso Voluntário. Auto de Infração. Exclusão do Regime do Simples Nacional. Aplicação do regramento do regime geral de ISS. Prestação de serviço de terceirização de mão-de-obra que se coaduna ao subitem 17.05. Recurso Voluntário conhecido e desprovido".**030/020623/2021 – HOLLIS COLETA DE MATERIAIS LTDA-** "Acórdão nº 3196/2023: - "ISSQN - RECURSO DE OFÍCIO - OBRIGAÇÃO PRINCIPAL – LANÇAMENTO DE OFÍCIO – DEPENDÊNCIA DA ANÁLISE DA EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL – PREJUDICIAL DE MÉRITO – RECURSO DE OFÍCIO CONHECIDO E PROVIDO".**030/028044/2019 - WAGNER BRUM MOURA BARBEARIA, ENGRAXATARIA E CAFETERIA LTDA-** "Acórdão nº 3199/2023: "ISSQN. Recurso Voluntário. Auto de Infração. Simples Nacional. Serviços de barbearia, cabeleiros, manicuros, pedicuros e congêneres, tipificados no subitem 6.01, do Anexo III, da Lei Municipal nº 2.597/2008. Omissão de Receitas. Informações prestadas por administradoras de cartão de crédito e de débito. Possibilidade de Arbitramento da Base de Cálculo. Descumprimento reiterado da obrigação de emitir documento fiscal de prestação de serviços. Possibilidade de exclusão do Simples Nacional com efeitos retroativos. Ausência de cerceamento do direito de defesa. Atividade mista não comprovada. Princípio da Legalidade não violado. Rol exemplificativo do artigo 115 da Lei Municipal nº 2.597/2008. Recurso Voluntário conhecido e não provido".**030/028045/2019 – WAGNER BRUM MOURA BARBEARIA, ENGRAXATARIA E CAFETERIA LTDA-** "Acórdão nº 3200/2023: "ISSQN. Recurso Voluntário. Auto de Infração. Simples Nacional. Serviços de barbearia, cabeleiros, manicuros, pedicuros e congêneres, tipificados no subitem 6.01, do Anexo III, da Lei Municipal nº 2.597/2008. Multa Fiscal Regulamentar. Aplicação da legislação mais benéfica, na forma do art. 106, inciso II, alínea "c", do CTN. Redução do valor da multa de 2% para o valor de referência M0 por documento fiscal não emitido, limitado a 0,5% (meio por cento) sobre o valor da operação. Recurso Voluntário conhecido e parcialmente provido."**030/028046/2019 – WAGNER BRUM MOURA BARBEARIA, ENGRAXATARIA E CAFETERIA LTDA-** "Acórdão nº 3201/2023: "ISSQN. Recurso Voluntário. Auto de Infração. Simples Nacional. Serviços de barbearia, cabeleiros, manicuros, pedicuros e congêneres, tipificados no subitem 6.01, do Anexo III, da Lei Municipal nº 2.597/2008. Omissão de Receitas. Informações prestadas por administradoras de cartão de crédito e de débito. Possibilidade de Arbitramento da Base de Cálculo. Descumprimento reiterado da obrigação de emitir documento fiscal de prestação de serviços. Possibilidade de exclusão do Simples Nacional com efeitos retroativos. Ausência de cerceamento do direito de defesa. Atividade mista não comprovada. Condutas tipificadas no art. 1º, inciso V, e no art. 2º, inciso I, da Lei Federal nº 8.137/1990. Multa de 150%. Recurso Voluntário conhecido e não provido."**030/028049/2019 – WAGNER BRUM BARBEARIA, ENGRAXATARIA E CAFETERIA LTDA-** "Acórdão nº 3202/2023: "ISSQN. Recurso Voluntário. Auto de Infração. Simples Nacional. Serviços de barbearia, cabeleiros, manicuros, pedicuros e congêneres, tipificados no subitem 6.01, do Anexo III, da Lei Municipal nº 2.597/2008. Omissão de Receitas. Informações prestadas por administradoras de cartão de crédito e de débito. Possibilidade de Arbitramento da Base de Cálculo. Ausência de cerceamento do direito de defesa. Atividade mista não comprovada. Princípio da Legalidade não violado. Rol exemplificativo do artigo 115 da Lei Municipal nº 2.597/2008. Condutas tipificadas nos artigos 71, 72 e 73 da Lei nº 4.502/1964. Multa de 150%. Não incidência do Princípio da Insignificância. Recurso Voluntário conhecido e não provido."**030/033448/2019 – KÁTIA E KATHLLIN CABELEIREIROS LTDA-** "Acórdão nº 3203/2023: - "EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL. A falta de emissão de notas fiscais e a inobservância das normas para escrituração contábil, inclusive no que se refere a obrigatoriedade de livros, impedem a arrecadação e a fiscalização tributária, sendo infrações mais do que suficiente para a exclusão sumária da empresa do Simples Nacional conforme dispõe o artigo 29 da Lei Complementar 123/2006. Recurso Voluntário que se nega provimento".**030/001889/2022 – ANASA IMOBILIÁRIA LTDA-** "Acórdão nº 3204/2023: - "IPTU – Recurso voluntário – Obrigação principal – Lançamento anual – Tributação de áreas privativas de condomínio horizontal – Possibilidade a partir do momento da individualização das unidades imobiliárias – Aplicação do art. 27 do CTM – Irrelevância do aceite de obras – Inteligência do art. 10, §3º do CTM – Recurso voluntário conhecido e desprovido".**030/014774/2018 – FIRMANG COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PEÇAS DE MÁQUINAS HIDRAULICAS-** "Acórdão nº 3205/2023: - "IPTU – RECURSO DE OFÍCIO - OBRIGAÇÃO PRINCIPAL – ALTERAÇÃO DE ELEMENTOS CADASTRAIS - PRAXE ADMINISTRATIVA - ART. 100, III DO CTN - RECURSO DE OFÍCIO CONHECIDO E DESPROVIDO".**030/001086/2022- SUSILANTE PEREIRA NOGUEIRA-** "Acórdão nº 3206/2023: - "IPTU – RECURSO VOLUNTÁRIO – LANÇAMENTO ANUAL – REVISÃO DO VALOR VENAL DO IMÓVEL – IMÓVEL SITUADO EM VILA - AVALIAÇÃO DO VALOR DO IMÓVEL PELA COORDENADORIA DE ITBI – OBEDIÊNCIA A CRITÉRIOS VÁLIDOS E A NORMAS DA ABNT - RECURSO VOLUNTÁRIO CONHECIDO E DESPROVIDO."**030/010637/2022 – SGC SISTEMAS EIRELI-** "Acórdão nº 3207/2023:- SIMPLS NACIONAL EXCLUSÃO GRUPO ECONÓMICO. CONSTATAÇÃO. REFLEXOS TRIBUTÁRIOS. A constituição de várias empresas, que ocupam um mesmo espaço físico, desenvolve o mesmo objeto social, utilizam os mesmos colaboradores e maquinários e, cujos sócios possuem grau de parentesco ou afinidade entre si, objetivando arduamente reduzir custos, usufruir tributação privilegiada e pulverizar receitas, caracteriza constituição de grupo econômico e, com isso, gera os reflexos tributários previstos em lei. RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO".**030/010638/2022 – SGC SISTEMAS EIRELI-** "Acórdão nº 3208/2023:- "ISSQN – COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO DE NITERÓI – DECADÊNCIA. FORMA DE CONTAGEM. COMPROVAÇÃO DE SIMULAÇÃO. AFASTAMENTO DA REGRA DO §4º DO ARTIGO 150 DO CTN COM APLICAÇÃO DO INCISO I DO ARTIGO 173 DO MESMO DISPOSITIVO. A constatação de ocorrência de simulação afasta a aplicação do parágrafo 4º do artigo 150 do CTN, em decorrência de sua própria redação, se aplicando ao caso o disposto no artigo 173, I do CTN. DECADÊNCIA AFASTADA."**030/013683/2021 – JP e B INTERMEDIÇÃO DE PLANOS DE SAÚDE LTDA-** "Acórdão nº 3209/2023: "CRITÉRIO ESPACIAL DA REGRA MATRIZ DE INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA DO ISSQN. FIXAÇÃO PELA LC 116/03. OBSERVÂNCIA. Optou o legislador complementar por considerar o local do estabelecimento do prestador como local da prestação de serviços, salvo nas excepcionais hipóteses estatuídas pelo legislador dos incisos I a XXV do artigo 3º da LC 116/03. Quando um serviço não está entre os excepcionados, o imposto é devido ao município onde se localiza o estabelecimento prestador. A tributação no local da prestação do serviço, nessas hipóteses, somente ocorreria caso houvesse sido constituído ali um estabelecimento prestador, nos moldes do preconizado pelo art. 4º da Lei Complementar nº 116/03, o que não ocorreu na hipótese. RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO".**030/030034/2019 – BRUNO CIRILO GONÇALVES ME-** "Acórdão nº 3210/2023: - AUTUAÇÃO – ISS – BASE DE CÁLCULO - ARBITRAMENTO. Se os livros caixa e diário fornecidos não refletem a realidade da operação da financeira da empresa, a aplicação dos dispositivos legais autorizadores do arbitramento se impõe conforme dispõe o artigo 115 do CTM. Recurso Voluntário que se nega provimento".

DIÁRIO OFICIAL

DATA: 18/11/2023

NITERÓI
SEMPRE À FRENTE

030/019002/2019 – TIA CLAUDIA CRECHE ESCOLA LTDA- "ACÓRDÃO 3.097/2023: - "EXCLUSÃO DO SIMPLES – RECURSO VOLUNTÁRIO - RETROATIVIDADE DOS EFEITOS – A discussão administrativa da legalidade ou não da exclusão, não impede o lançamento imediato dos créditos tributários devidos – Recurso conhecido e desprovido".

030/030029/2019 – BRUNO CIRILO GONÇALVES ME- "Acórdão nº 3215/2023: - "AUTUAÇÃO - ISS - BASE DE CÁLCULO - ARBITRAMENTO. Se os livros caixa e diário fornecidos não refletem a realidade da operação da financeira da empresa, a aplicação dos dispositivos legais autorizadores do arbitramento se impõe conforme dispõe o artigo 115 do CTM. Recurso Voluntário que se nega provimento."

030/007082/2019 – M3 MARCAS DE ENSINO LTDA- "Pedido de Esclarecimento - Acórdão nº 3.065/2023 - Ausência de obscuridade, contradição ou omissão - Mero inconformismo com o resultado do julgamento - Pedido conhecido e desprovido".

030/007082/2019 – M3 MARCAS DE ENSINO LTDA- "Pedido de Esclarecimento - Acórdão nº 3.065/2023 - Ausência de obscuridade, contradição ou omissão - Mero inconformismo com o resultado do julgamento - Pedido conhecido e desprovido". 030/012084/2021 (Processo físico

030/009516/2018) - FLÁVIA MOREIRA TAVARES- "Declaro a extinção do presente processo e determino o consequente arquivamento dos autos, considerando-se que se trata de recurso voluntário cujo crédito tributário recorrido foi integralmente quitado, conforme previsto no inciso II do art. 1º-A da Resolução nº 49/SMF/2020 e espelho de pagamentos emitido pelo sistema e-cidade".

030/011105/2021 – (Processo físico 030/018146/2017) – MÁRIO TADEU NEFFA PINTO- Declaro a extinção do presente processo e determino o consequente arquivamento dos autos, considerando-se que se trata de recurso voluntário cujo crédito tributário recorrido foi integralmente quitado, conforme previsto no inciso II do art. 1º-A da Resolução nº 49/SMF/2020 e espelho de pagamentos emitido pelo sistema e-cidade".

030/022213/2022 (Processo físico 030/027462/2016) – CARLOS AUGUSTO PEREIRA – ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE LTDA- "Acórdão nº 30692023: - "ISSQN - RECURSO VOLUNTÁRIO. LANÇAMENTO DA DIFERENÇA DO VALOR DO IMPOSTO EM FUNÇÃO DA EXCLUSÃO ANTES DE O DO SIMPLES NACIONAL. ADMISSIBILIDADE DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO DECORRENTE DA EXCLUSÃO ANTES DE O DO PROCESSO CONTENCIOSO OBTER DECISÃO DEFINITIVA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO." (REPUBLICADO POR TER SAÍDO COM INCORREÇÕES)

SECRETARIA MUNICIPAL DE CLIMA

Portaria Seclima 009/2023- O Secretário Municipal do Clima, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: Art1º- Designar os servidores Thiago Wentzel de Melo Vieira, mat. 1246760-0 e Luis Claudio Robaina Wemeck, mat. 1245898-0 para atuarem como fiscais do contrato 002/2023 para contratação de serviço de curadoria para a COP28, processo 9900046600/2023; Art 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EXTRATO SECLIMA 002/2023

CONSIDERANDO QUE A PUBLICAÇÃO É REQUISITO DE VALIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO, TORNA PÚBLICO O QUE SE SEGUE: Autorizo, na forma da lei, a Dispensa de Licitação por Inexigibilidade, com fundamento no ARTIGO 25, II c/c § Ú do ARTIGO 26 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93, combinado com o Decreto Municipal nº 14.312/2022. PARTES: Município de Niterói, tendo como gestora a SECRETARIA MUNICIPAL DO CLIMA, representado pelo Secretário Luciano Gagliardi Paez e a Empresa ICLEI AMÉRICA DO SUL, CNPJ 03.898.408/0001-10 OBJETO Contrato SECLIMA 002/2023. Contratação de serviço de Curadoria no âmbito da 28ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP28) PROGRAMA DE TRABALHO: 8101.14.122.0145.4191 FONTE: 1.704.00 NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39 NOTA DE EMPENHO : 3110/2023 VALOR: R\$53.500,00 (cinquenta e três mil e quinhentos reais) PROCESSO 9900046600/2023. DATA DA ASSINATURA: 19 de outubro de 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA

PORTARIA nº 90/2023

O Secretário Municipal de Ordem Pública, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Conforme Edital de Recadastramento para o comércio de Ambulante-Praias- 2023/2025 ficam DEFERIDOS os processos administrativos, abaixo;

9900041216/2023	9900041674/2023	9900044299/2023	9900046067/2023
9900044274/2023	9900041710/2023	9900044328/2023	9900046070/2023
9900044302/2023	9900041717/2023	9900044461/2023	9900046140/2023
9900044318/2023	9900041726/2023	9900044695/2023	9900046160/2023
9900041191/2023	9900041734/2023	9900044823/2023	9900046177/2023
9900041205/2023	9900041747/2023	9900044831/2023	9900048462/2023
9900041212/2023	9900041754/2023	9900044903/2023	9900048608/2023
9900041218/2023	9900044048/2023	9900044907/2023	9900048614/2023
9900041222/2023	9900044075/2023	9900044916/2023	9900048647/2023
9900041230/2023	9900044119/2023	9900044922/2023	9900048650/2023
9900041276/2023	9900044124/2023	9900044930/2023	9900048654/2023
9900041278/2023	9900044144/2023	9900044939/2023	9900048657/2023
9900041279/2023	9900044235/2023	9900044946/2023	9900050458/2023
9900041280/2023	9900044252/2023	9900044961/2023	
9900041428/2023	9900044269/2023	9900045392/2023	
9900041648/2023	9900044270/2023	9900046050/2023	
9900041661/2023	9900044275/2023	9900046060/2023	

Art. 2º - Fica DEFERIDO, o processo administrativo de Troca de Titularidade, abaixo;

Art. 3º - Fica DEFERIDO, o cancelamento da autorização para o comércio Ambulante – Praia, conforme solicitado no processo administrativo abaixo;

Art. 4º - Fica INDEFERIDO, a solicitação de reconsideração de renovação para o comércio Ambulante – Praia, abaixo;

Departamento de Fiscalização de Posturas

- INTIMAÇÃO Nº 016840 de 16/11/2023. JORGE LOPES NETO – Travessa Antonio Pedro, 15; - AUTO DE INFRAÇÃO Nº 6453 de 10/11/2023, n° 178, Ij 101A - Centro.

BANCO SANTANDER BRASIL S/A – CNPJ 90.400.888/2060-00 - ENDEREÇO: Av Amaral Peixoto, n° 178, Ij 101A - Centro. Nos termos do artigo 492, inciso III e parágrafo 1º, III da lei 2624/08, em virtude do contribuinte não ter sido localizado no endereço alvo da diligência fiscal ou por recusar-se a recebê-la.

GUARDA CIVIL MUNICIPAL CORREGEDORIA

PORTARIA Nº 076/2023- O Corregedor da Guarda Civil Municipal de Niterói, no uso de suas atribuições, conforme o previsto no artigo 213, III da Lei Municipal 2.838 de 30 de maio de 2011 designa o servidor JOAO PAULO SÃO GENITE DE LIMA, matrícula 1241.496-6 para figurar como defensor dativo, no Processos nº 9900043579/2023, para cumprimento formal, devendo o mesmo apresentar se às reuniões nas datas e locais a serem indicados pelo presidente da comissão.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Corrigenda na Publicação do D.O. do dia 14/11/2023.

Onde se Lê: Portarias nºs 128/2022, 129/2022 e 130/2022. Leia-se: Portarias nºs 128/2023, 129/2023 e 130/2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

O Secretário de Obras e Infraestrutura torna público o deferimento da solicitação de serviços funerários nos autos dos processos administrativos deferidos em NOVENBRO/2023.

9900045835/2023
9900045837/2023
9900045933/2023
9900045936/2023
9900046007/2023
9900046034/2023
9900046038/2023
9900046042/2023
9900046046/2023
9900046141/2023
9900046169/2023
9900046194/2023